



## **A QUESTÃO DEMOCRÁTICA EM *CASA GRANDE & SENZALA*: CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO ATUAL**

José Oto Konzen<sup>1</sup>

### **RESUMO**

O trabalho é parte integrante de projeto de pesquisa voltado para o estudo da meritocracia na cultura e na educação brasileira. Tem por objetivo analisar a concepção de democracia presente em Casa Grande & Senzala, de Gilberto Freyre. Trata-se de um trabalho teórico, focado na apropriação conceitual, estruturado em quatro tópicos: a) a questão racial na virada do século e o posicionamento de Gilberto Freyre: a diferenciação entre raça e cultura; b) A particularidade da cultura portuguesa: formação híbrida e plasticidade; c) A unidade econômica e social brasileira e a estrutura psíquica sadomasoquista; d) A democratização no desenvolvimento econômico e social brasileiro: uma leitura política dos antagonismos. Os resultados apontam que a concepção democrática do autor se filia à sua identificação com a antropologia cultural e se vincula à tese da miscigenação racial. Em suas considerações finais, avalia os impactos do pensamento do autor na cultura política brasileira e destaca a sua importância para pensar a educação no contexto atual.

**Palavras-chave:** Escravidão, Sadomasoquismo, Interação Cultural, Democracia, Gilberto Freyre.

### **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho é fruto de uma leitura da obra Casa Grande & Senzala, de Gilberto Freyre, como parte integrante de projeto de pesquisa em desenvolvimento, vinculado ao estudo da meritocracia cultura e na educação brasileira, tendo como interlocutor privilegiado Jessé Souza e sua obra. Tem por objetivo central identificar a concepção de democracia desenvolvida por Freyre, vinculada à sua interpretação da formação social brasileira. Trata-se de um trabalho de natureza teórica, organizado em quatro tópicos: a) a questão racial na virada do século e o posicionamento de Gilberto Freyre: a diferenciação entre raça e cultura; b) A particularidade da cultura portuguesa: formação híbrida e plasticidade; c) A unidade econômica e social brasileira e a estrutura psíquica sadomasoquista; d) A democratização no desenvolvimento econômico e social brasileiro: uma leitura política dos antagonismos.

Os resultados apontam que a concepção democrática freyreana está associada à sua identificação com a teoria da interação cultural atribuída à Franz Boas, que o leva a identificar a plasticidade da cultura e do caráter português como elemento determinante da formação social brasileira e da perspectiva democrática que nela identifica.

---

<sup>1</sup>Doutor pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor de Fundamentos da Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Realeza/PR. E-mail: [jose.konzen@uffs.edu.br](mailto:jose.konzen@uffs.edu.br)



## **1. A questão racial na virada do século e o posicionamento de Gilberto Freyre: a diferenciação entre raça e cultura**

Gilberto Freyre dialoga fortemente com o pensamento social e a cultura política da virada do século XIX para o XX, voltada para a constituição da identidade nacional e amparada na questão racial, envolvendo o dilema da miscigenação. A particularidade consiste em deslocar o argumento racial para o cultural, atentando para a gênese histórica da cultura e para os processos de interação cultural, que lhe possibilita conferir um novo sentido à miscigenação.

A referência à questão racial é recorrente na justificação das desigualdades sociais e das diferenças culturais no contexto da virada do século XIX, sob a hegemonia do pensamento europeu e norte-americano, respaldada em diferentes linhas de pensamento: uma primeira concepção, caracterizada como “poligenista”, associa as diferenças à existência de diversas raças originárias, sendo a superioridade da raça branca atestada através de evidências empíricas; uma segunda, caracterizada como “histórica”, afirma a superioridade da raça branca como triunfo histórico, associada ao seu caráter criador, com destaque à raça anglo-saxônica; uma terceira, vinculada ao “darwinismo social”, sustenta que, tal como se sucede na seleção de todas as espécies naturais, as raças humanas superiores representam uma expressão dos mais aptos. (MENEZES, 2000, p. 178) Em tal contexto interpretativo, a miscigenação racial é identificada como degeneração individual e coletiva que ameaça as nações.

No caso brasileiro, observa-se uma forte adesão às teses raciais e uma certa incorporação do darwinismo social ao pensamento poligenista, que se confronta com a realidade da miscigenação racial brasileira, reconhecida como ameaçadora do futuro pelos adeptos do eugenismo. Trata-se de um problema difícil de equacionar. Dentre as alternativas formuladas, consta a tese do “branqueamento”, defendida por representante brasileiro no Congresso Mundial de Raças, em 1911, envolvendo uma combinação de fatores para limitar a proliferação de negros e mestiços e favorecer a das raças brancas, de forma que, “em um século (...) a raça branca, mais forte, imporá a dominação de seus genes”. (MENEZES, 2000, p. 180) Outras alternativas derivam dos embates da inteligência médica e jurídica, cada uma das quais respondendo ao problema da heterogeneidade racial. “Se para os *homens de direito* a responsabilidade de conduzir a nação estava vinculada à elaboração de um código unificado”, colocado acima das diferenças sociais e raciais, “para os *profissionais*



*médicos* somente de suas mãos saíam os diagnósticos e a cura dos grandes males (da heterogeneidade) que assolavam a nação”. (SCHWARCZ, 1994, p. 146) Embora divergentes, tais linhas de pensamento convergem para a constituição de um liberalismo conservador, caracterizado pela ausência do indivíduo, senão enquanto representante de grupos hierarquizados, sobre os quais se afirma o formalismo jurídico igualitário.

A miscigenação aparece também como temática central de *Casa Grande & Senzala*, associada às preocupações do autor com o destino da nação, conforme prefácio à primeira edição, de 1933: “Creio que nenhum estudante russo, dos românticos, do século XIX, preocupou-se mais intensamente pelos destinos da Rússia do que eu pelos do Brasil na fase em que conheci Boas. Era como se tudo dependesse de mim e dos da minha geração; da nossa maneira de resolver questões seculares. E dos problemas brasileiros, *nenhum que me inquietasse tanto como o da miscigenação.*” (FREYRE, 1980, p. 11, Grifo nosso) O que particulariza seu posicionamento é o fato de a miscigenação passar de problema a ser superado para converter-se em elemento positivo e favorável ao desenvolvimento nacional.

O contato com Franz Boas, em meio a um conjunto de viagens de estudos realizados nos Estados Unidos, Portugal e pelo Brasil, redimensiona o olhar freyreano. Segundo declara, “Foi o estudo de antropologia sob a orientação do professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor – separados dos traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural.” (Id., p. 11) A partir da antropologia cultural, “Aprendi a considerar fundamental a diferença entre *raça* e *cultura*; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultura e de meio.” E, concluindo o raciocínio, sustenta que “Neste critério de diferenciação fundamental entre raça e cultura assenta todo o plano deste ensaio.” (Id., p. 11)

Com base nessa identificação teórica, Freyre critica as teses eugenistas, destacando que as diferenças entre os grupos sociais não dizem respeito a questões genéticas ou hereditárias, mas à persistência de condições econômicas e sociais favoráveis ou desfavoráveis ao desenvolvimento humano. Reportando-se novamente a Franz Boas e em contraponto às teses eugenistas, sustenta que, “admitida a possibilidade da eugenia eliminar os elementos indesejáveis de uma sociedade, a seleção eugênica deixaria de suprimir as condições sociais responsáveis pelos proletariados miseráveis – gente doente e malnutrida; e persistindo tais condições sociais, de novo se formariam os mesmos proletariados.” (Id., p.



12) Não se trata, portanto, de negar as diferenças culturais associadas às distintas formações sociais, mas de vinculá-las ao seu processo histórico. Neste sentido, a avaliação da participação do índio e do negro no empreendimento colonial é sugestiva: “O africano executou-o com decidida vantagem sobre o índio principalmente por vir de condições de cultura superiores. Cultura já francamente agrícola. Não foi questão de altivez nem de passividade moral.” (Id., p. 269) Por outro lado, o reconhecimento da especificidade cultural requer estabelecer a diferença entre a condição do negro – cujo contingente foi trazido de diferentes regiões e culturas a partir das quais foram selecionados para desenvolver diferentes funções na colônia – e do negro submetido à escravidão. Assim, “O negro foi patogênico, mas a serviço do branco; como parte irresponsável de um sistema articulado por outros.” (Id., p. 342)

Tendo presente os condicionantes contextuais apontados até aqui e a identificação teórica do autor, podemos então avançar na análise da interpretação que o autor faz da formação social e cultural brasileira.

## **2. A particularidade da cultura portuguesa: formação híbrida e plasticidade**

A partir do contato com o pensamento de Franz Boas e de sua identificação com a antropologia cultural, Freyre se volta para a compreensão da cultura portuguesa, adotando como ponto de partida o reconhecimento de seu êxito na colonização dos trópicos: “(...) o certo é que os portugueses triunfaram onde outros europeus falharam: de formação portuguesa é a primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com características nacionais e qualidades de permanência.” (Id., p. 50)

Um primeiro aspecto a considerar diz respeito à negação do determinismo racial. Segundo o autor, “O Brasil formou-se, despreocupados os seus colonizadores da unidade ou pureza de raça. Durante quase todo o século XVI a colônia estava escancarada a estrangeiros, só importando às autoridades coloniais que fossem de fé ou religião católica. (...) o catolicismo foi realmente o cimento da nossa unidade.” (Id., p. 66) Com base nesta interpretação, nem mesmo os conflitos étnicos teriam motivação racial, mas religiosa. “Nossa hostilidade aos ingleses, franceses, holandeses, teve sempre o mesmo caráter de profílexia religiosa: católicos contra hereges. (...) É o infiel que se trata como inimigo no indígena, e não o indivíduo de raça diversa ou de cor diferente.” (Id., p. 222)



Um segundo aspecto trata da negação do caráter ascético religioso (traduzido pelo rigor moral, sexual, sobretudo) fortemente presente na colonização espanhola e inglesa, já que tal condicionamento “teria impedido Portugal de abarcar meio mundo com as pernas”. O que se evidencia, segundo Freyre, são as “sobrevivências pagãs” presentes no cristianismo português e as “tendências para a poligamia desenvolvidas ao contato quente e voluptuoso com os mouros.” (Id., p. 275) Uma particularidade associada à plasticidade de sua constituição cultural, “maior no português que em qualquer outro colonizador europeu.” (Id., p. 219)

Ao caracterizar essa plasticidade, Freyre destaca três elementos constitutivos, que se complementam entre si: a mobilidade social, a miscibilidade racial e a aclimatabilidade. Quanto à mobilidade, sustenta que Portugal não chegou a formar uma aristocracia fechada ou a constituir classes sociais hierarquizadas, observando-se “uma intensa circulação tanto vertical como horizontal de elementos os mais diversos na procedência” (Id., p. 245), de forma que, “em país nenhum, dos modernos, tem sido maior a mobilidade de uma classe para outra e, digamos assim, de uma raça para outra, do que em Portugal.” (Id., p. 237) Quanto à miscibilidade, o autor destaca a predisposição do português pela mulher moura, numa referência à idealização da figura da “moura-encantada”, identificada como o “tipo delicioso de mulher morena e de olhos pretos, envolta em mistério sexual” (Id., p. 48). Com base nessas condições, “Portugal é por excelência o país europeu do louro transitório ou do meio-louro. (...) Homens morenos de cabelo louro (...) Gente mista na sua antropologia e na sua cultura.” (Id., p. 232) Finalmente, quanto à aclimatabilidade, Freyre reporta-se à localização geográfica de Portugal, situado entre o continente europeu e africano, porém mais próximo do africano. Em síntese, “Portugal influenciado pela África, condicionado pelo clima africano, solapado pela mística sensual do islamismo. (Id., p. 44)

Quanto à origem dessa formação cultural, Freyre reporta-se ao longo período de guerras, envolvendo mais de cinco séculos, cujos resultados de conquista e de reconquista não seriam nunca conclusivos a ponto de firmar a superioridade racial ou cultural de uns sobre os outros. Sustenta que esta condição estaria bem simbolizada no episódio dos sinos, levados “pelos mouros à mesquita de Córdoba às costas dos cristãos e por estes, séculos mais tarde, mandados reconduzir à Galiza às costas dos mouros.” (Id., p. 44) Para além dessa demarcação temporal secular, Freyre sustenta que essa a indefinição remonta às origens remotas de sua



formação: “Do homem paleolítico em Portugal não se sabe o bastante para precisar-lhe a origem: europeia para uns, africana para outros.” (Id., p. 230) Configura-se, portanto, num atributo antropológico do português

Esta condição de plasticidade e de indefinição configura uma condição cultural complexa. De um lado, favorecedora da interação cultural, e de outro, uma composição carregada de antagonismos, ora em equilíbrio – o “bambo equilíbrio de antagonismos” (Id., p. 45) –, ora em conflito, mas tendendo para a harmonização, já que os “antagonismos em conflito são apenas a parte indigesta da formação portuguesa: a parte maior se mostra harmoniosa nos seus contrastes, formando um todo social plástico, que é o caracteristicamente português.” (Id., p. 230) É esta plasticidade e este caráter híbrido da formação portuguesa que lhe conferem também uma disposição “cosmopolita”. (Id., p. 43)

Se a plasticidade aparece como condição favorável à interação cultural, esta não pressupõe apenas uma transposição cultural, mas a aproximação de uma cultura com um outro ambiente, dando origem a algo novo. No caso brasileiro, essa novidade se expressa no complexo da casa-grande, cuja formação e desenvolvimento se traduzem ao mesmo tempo como imposição da cultura dominante e como processo de ambientação. Enquanto modelo econômico e social, a casa-grande se estrutura em torno da monocultura latifundiária (modelo de produção), do sistema de escravidão (organização do trabalho) e da família patriarcal (vida sexual). Uma unidade marcada por antagonismos, dentre os quais, “o mais geral e o mais profundo” é o antagonismo entre “o senhor e o escravo.” (Id., p. 88). Sobre ela repousa a estrutura psíquica sadomasoquista, que impacta fortemente o comportamento social e político brasileiro.

### **3. A unidade econômica e social brasileira e a estrutura psíquica sadomasoquista**

Ao caracterizar a formação social brasileira resultante da colonização portuguesa, Freyre destaca duas dimensões que a diferenciam da colonização espanhola e inglesa: “A primeira: a utilização e o desenvolvimento de riqueza vegetal pelo capital e pelo esforço do particular; a agricultura, a sesmaria; a grande lavoura escravocrata. A segunda: o aproveitamento da gente nativa, principalmente da mulher, não só como instrumento de trabalho mas como elemento de formação da família.” (Id., p. 55) Enquanto a miscigenação



aparece como lado positivo da interação, sobre a escravidão repousa a constituição de relações patológicas, de natureza sadomasoquista.

Em termos históricos, a dinâmica da miscigenação antecede à escravidão e também sobrevive a ela. Ela se manifesta, primeiramente, nas relações que se estabelecem entre os portugueses e os índios, em que “o invasor pouco numeroso foi desde logo contemporizando com o elemento nativo; servindo-se do homem para as necessidades de trabalho e principalmente de guerra, de conquista dos sertões e desbravamento do mato virgem; e da mulher para as de geração e de formação de família.” (Id., p. 126) Segundo o autor, uma relação “harmoniosa” entre as culturas, caracterizada como ambiente de “quase reciprocidade cultural”. Com base em registros dos cronistas, Freyre destaca que, no início da colonização, da parte do português, a mestiçagem não era motivada simplesmente pela escassez de mulheres, mas “por decidida preferência sexual”. E, da parte das índias, era motivada “pela ambição de terem filhos pertencentes à raça superior, pois segundo as ideias entre eles correntes só valia o parentesco pelo lado paterno”. (Id., p. 127)

Diferentemente da miscigenação, o empreendimento da escravidão instaura uma dinâmica impositiva, caracterizada pela dominação do senhor sobre o escravo. Freyre estabelece uma linha divisória entre o que se vincula à figura do português – a quem atribui a coragem e a iniciativa do empreendimento colonial – e o que é decorrente do meio. Segundo sua avaliação, “parece-nos injusto acusar o português de ter manchado, com instituição que hoje tanto nos repugna, sua obra grandiosa de colonização tropical. O meio e as circunstâncias exigiram o escravo. (...) o operário africano disciplinado” (Id., p. 268), uma vez que este, melhor do que o índio, reuniu as condições para concorrer na formação econômica e social do Brasil e, “às vezes melhor que os portugueses.” (Id., p. 309) O reconhecimento moral aplica-se, portanto, também aos negros, cujo contingente importado não se limita ao trabalho nos canaviais e cafezais, mas envolve também “donas de casa para seus colonos sem mulher branca; técnicos para as minas; artífices em ferro; negros entendidos na criação de gado e na indústria pastoril; comerciantes de panos e sabão; mestres, sacerdotes e tiradores de reza maometanos.” (Id., p. 331) Nesse âmbito, Freyre exalta a “doçura nas relações de senhores com escravos domésticos” integrados à casa-grande a partir de critérios físicos e morais, de forma que a escolha recaía sobre as “mais limpas, mais bonitas, mais fortes”. A reunião em torno da mesa simboliza bem essa integração: “sentavam-se como se fossem da família



numerosos mulatinhos. Crias. Malungos. Muleques de estimação. Alguns saíam de carro com os senhores, acompanhando-os aos passeios como se fossem filhos.” (Id., p. 371) Em termos mais gerais, até mesmo a arquitetura da casa-grande testemunha esta integração, que ganha ar de “hospitalidade” a partir do século XVIII (Id., p. 11), contrastando com a condição de “fortaleza” que a caracteriza na fase inicial da colonização. (Id., p. 16)

As relações econômicas e sociais vinculadas à instauração do sistema de escravidão dão origem a uma condição psicossocial patológica, de natureza sadomasoquista, que abarca não apenas a dominação da casa-grande sobre a senzala, mas também o universo das relações no interior da casa-grande e do universo social como um todo. Na dominação senhorial, instaura-se “Uma espécie de sadismo do branco e de masoquismo da índia ou da negra terá predominado nas relações sexuais como nas sociais do europeu com as mulheres das raças submetidas ao seu domínio.” (Id., p. 85) Tal condição não compromete apenas a espontaneidade da interação e o gozo das vítimas, como faz emergir uma situação de gozo doentio, associado ao sofrimento alheio, de um lado, e ao auto-sacrifício, de outro.

Essa submissão da mulher ao domínio do homem é transferida para os escravos – sobre as mulheres mulatas em particular –, na forma de comportamento sádico. Freyre se reporta à crueldade das senhoras do engenho, recorrendo a relatos de cronistas, decorrentes de seu ciúme, cujos exemplos são bastante elucidativos do nível de violência praticado: “Sinhá-moças que mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas e trazê-las à presença dos maridos, à hora da sobremesa (...) Baronesas já de idade que por ciúme ou despeito mandavam vender mulatinhas de quinze anos a velhos libertinos. Outras (...) que mandavam-lhe cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a cara ou as orelhas. Toda uma série de judiarias.” (Id., p. 357-58)

No contexto da casa-grande, o comportamento sádico se estende à educação das crianças. Segundo o autor, quando o menino branco deixa o berço, “dão-lhe um escravo do seu sexo e de sua idade, pouco mais ou menos, por camarada, ou antes, para seus brinquedos. (...) os muleques serviam para tudo: eram bois de carro, eram cavalos de montaria, eram bestas almanjarras, eram burros de liteiras e de cargas mais pesadas.” (Id., p. 356-57) Além dessa submissão nas brincadeiras, é também através do muleque que muitas vezes o menino branco se inicia no amor físico. Segundo o autor, essas práticas sádicas resultam no comportamento adolescente e/ou do adulto caracterizado pelo gosto de “mandar dar surra, de





mandar arrancar dente de negro ladrão de cana, de mandar brigar na sua presença capoeiras, galos e canários; (...) de mando violento (...) quando no exercício de posição elevada, político ou de administração pública; ou no simples e puro gosto de mando, característico de todo brasileiro nascido ou criado em casa-grande” (Id., p. 86) No caso das meninas (filhas legítimas, em princípio), eram criadas em ambiente rigorosamente patriarcal, “sob a mais dura tirania dos pais, depois substituída pela tirania dos maridos.” (Id., p. 438) Acrescente-se, ainda, a subordinação aos irmãos mais velhos, bem como as exigências impostas precocemente sobre as crianças para ingressar na vida adulta, bem caracterizada pelo tratamento requerido para dirigir-se aos pais: “a pai devia chamar ‘senhor papai’ e à mãe ‘senhora mãe’: a liberdade de chamar ‘papai’ e ‘mamãe’ era só na primeira infância.” (Id., p. 438) Sádico era também o mestre que, como senhor todo-poderoso, “distribuía castigos com o ar terrível de um senhor de engenho castigando escravos fujões.” (Id., p. 436)

Finalmente, segundo o autor, o comportamento sadomasoquista se estende ao âmbito social e político mais amplo. Trata-se de analisar como se equaciona com a tese democrática.

#### **4. A democratização no desenvolvimento econômico e social brasileiro: uma leitura política dos antagonismos**

Em seu prefácio à primeira edição, ao identificar a importância da técnica de produção econômica sobre a estrutura da sociedade, Freyre reconhece que esta é “poderosa como nenhuma na capacidade de aristocratizar ou de democratizar as sociedades; de desenvolver tendências para a poligamia ou a monogamia; para a estratificação ou a mobilidade.” (Id., p. 11) E, na sequência, identifica a monocultura latifundiária como contrária à vida democrática, pois “O açúcar não só abafou as indústrias democráticas de pau-brasil e de peles, como esterilizou a terra, numa grande extensão em volta aos engenhos de cana, para os esforços de policultura e de pecuária. E exigiu uma enorme massa de escravos. A criação de gado, com possibilidade de vida democrática, deslocou-se para os sertões.” (Id., p. 12) A miscigenação, diferentemente da organização econômica da grande lavoura associada à aristocratização, aparece como fator de democratização. Segundo o autor, “O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambujem de gente livre sanduichada entre



os extremos antagônicos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação.” (Id., p. 13)

Vinculadas à monocultura escravista, de caráter aristocrático, operam as relações de natureza sadomasoquista, que extrapolam a esfera da vida sexual e doméstica e avançam em direção aos campos social e político. Manifesta-se no desejo do “povo” de um “governo másculo e corajosamente autocrático”, bem como, nas identificações com promessas messiânicas e redentoras, reconhecidas como resíduo masoquista. Em síntese, tais manifestações se caracterizam “menos da vontade de reformar ou corrigir determinados vícios de organização política ou econômica que o puro gosto de sofrer, de ser vítima, ou de sacrificar-se.” (Id., p. 87)

Ao analisar a tese da organização agrícola mediante doação de pequenos lotes, apresentada como alternativa democrática, Freyre indaga acerca da possibilidade de êxito, questionando a origem dos ocupantes requeridos em grande número (considerando os baixos índices populacionais), e apontando as dificuldades relacionadas à produção agrícola nos trópicos, vinculadas ao clima, solo, pragas, etc. E, concluindo seu raciocínio, sustenta: “Tenhamos a honestidade de reconhecer que só a colonização latifundiária e escravocrata teria sido capaz de resistir aos obstáculos enormes que se levantaram à civilização do Brasil pelo europeu. Só a casa-grande e a senzala. O senhor de engenho rico e o negro capaz de esforço agrícola e a ele obrigado pelo regime de trabalho escravo.” (Id., p. 269)

O argumento democrático deriva, portanto, do elemento cultural português, tão exaltado pelo autor, que precede à escravidão e que, de alguma forma, sobrevive a ela. Primeiramente, é com base em sua disposição cultural que o colonizador português não extermina as populações nativas e não se aparta das cativas, mas confraterniza com elas e as integra ao seu convívio familiar. É também com base nesta tese que a formação social e cultural brasileira integra as contribuições das diferentes culturas, amplamente mapeadas pelo autor. Em segundo lugar, é esta miscigenação que fará com que os resultados da grande lavoura acabem sendo divididos: “A índia e a negra-mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadrarona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos senhores brancos, agiram poderosamente no sentido de democratização social no Brasil.” O argumento se vincula à quebra do latifúndio em reinos menores: “Entre os filhos mestiços, legítimos e mesmo ilegítimos, havidos delas pelos senhores brancos, subdividiu-se parte



considerável das grandes propriedades, quebrando-se assim a força das sesmarias feudais e dos latifúndios do tamanho de reinos.” (Id., p. 13)

Para além da dispersão da herança, Freyre também aponta a facilidade de mudança de profissão e de residência, de ocupação de cargos e posições políticas e sociais por parte de mestiços e filhos naturais, a tolerância, a hospitalidade e a intercomunicação entre regiões como elementos culturais e ambientais favorecedores da mobilidade social, de maneiras que reforçam a perspectiva democrática. Desta forma, não se poderia acusar o regime resultante como rígido e com falta de mobilidade, “em vários sentidos sociais um dos mais democráticos, flexíveis e plásticos.” (Id., p. 87) Também as concessões dos senhores na eminência da morte, envolvendo filhos legítimos e naturais ou bastardos, é destacada pelo autor. Finalmente, o impacto da cultura sobre a democratização pode ser melhor visibilizada diante da libertação dos escravos, sem a supressão do modelo econômico: “O escravo foi substituído pelo pária de usina a senzala pelo mucambo; o senhor de engenho pelo usineiro ou pelo capitalista ausente. Muitas casas-grandes ficaram vazias, os capitalistas latifundiários rodando de automóveis pelas cidades, morando em chalés suíços e palacetes normandos, indo a Paris se divertir com as francesas de aluguel.” (Id., p. 33)

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O pensamento social de Freyre se inscreve no contexto dos embates políticos travados na virada do século, associados à constituição da identidade nacional. Sua contribuição reside em deslocar o argumento racial para o âmbito da cultura, que lhe possibilita responder alternativamente ao problema da miscigenação, convertendo-a em fonte de desenvolvimento econômico e social e atribuindo-lhe uma perspectiva democrática. Trata-se de um empreendimento lógico, vinculado à teoria da interação cultural, que nos remete às origens da formação social portuguesa, a partir do que o autor filtra e interpreta os dados empíricos. Em nossa exposição, procuramos atentar para a natureza dessa composição teórica, identificar a constituição da matriz cultural portuguesa e avaliar sua aplicação e desenvolvimento ao contexto brasileiro.

Parece-nos importante registrar o impacto da abordagem do autor sobre a cultura política brasileira. Segundo Souza (2012), a interpretação de Freyre conferiu uma orientação positiva à formação étnica brasileira e foi mobilizada ao longo das décadas subsequentes para



fins políticos, ao longo da era Vargas. Todavia, mais recentemente, ao longo das últimas décadas, observa-se um deslocamento em direção à desqualificação da cultura portuguesa e da exaltação da racionalidade instrumental, associada à tradição social inaugurada por Sérgio Buarque de Holanda (1995). Segundo Souza, embora pretensamente crítica, trata-se de um culturalismo conservador, que legitima a supressão dos direitos sociais, mediante exaltação das qualidades do agente particular (do mercado) em detrimento da esfera pública (do Estado), que seria identificada como essencialmente corrupta.

No contexto político mais próximo de nós, contudo, defrontamo-nos com argumentos que retrocedem as análises de Freyre, sendo mobilizados em favor da hierarquização e da exclusão social. Encontramo-nos ora diante de um cenário caracterizado pelo descomprometimento com os princípios democráticos clássicos e com o processo civilizatório. Neste contexto, a leitura de Freyre parece-nos sugestiva, pois nos possibilita um diálogo qualificado com essas abordagens e nos coloca diante de um conjunto de impasses que não podem ser ignorados.

Interessa-nos, sobretudo, apontar para a importância dos elementos empíricos reunidos pelo autor ao longo de sua obra, que nos possibilitam uma excelente aproximação com o processo histórico da formação social brasileira. De modo particular, a dimensão sadomasoquista destacada pelo autor, além do destino social dos libertos, abandonados à própria sorte após a libertação formal. Trata-se de contribuições de grande relevância para o momento presente em que se exaltam as teses meritocráticas e a responsabilização individual, sem que se tenham desenvolvido as condições objetivas para tal. Incluem-se, neste caso, também as lacunas da concepção democrática do autor, motivadas, entre outras razões, pelo seu apego analítico aos integrantes da casa-grande.

## REFERÊNCIAS

- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 20ª. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Cia. De Letras, 1995.
- MENEZES, Celso Vianna Bezerra. Gilberto Freyre: e o mito se faz história. *Revista Mediações*. Londrina, v. 5, n. 2, p. 177-184, jul./dez. 2000.
- SCHWARCZ, Lilian Moritz. O espetáculo da miscigenação. *Estudos Avançados*. 8 (20), 1994.
- SOUZA, *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.